



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, nº 77 - Fone: (0XX51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Norma de Fiscalização Conjunta Nº 01/2015
das Câmaras Especializadas de Agronomia e Engenharia Florestal do CREA/RS

Dispõe sobre a atividade e a Responsabilidade Técnica na produção de sementes e mudas florestais e ornamentais, bem como possibilita seu enquadramento em “regime especial” de cadastro na área de Engenharia Florestal e Agronomia.

AS CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL, DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela letra "e" do artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

Considerando que a atividade de produção de sementes e mudas constitui produção técnica especializada, conforme a alínea "h" do art. 7º da Lei nº 5.194/66;

Considerando que de acordo com o artigo 2º da Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, a Anotação de Responsabilidade Técnica define para todos os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelos empreendimentos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Considerando o disposto na Lei Nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, e no Decreto Nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que aprova o seu regulamento;

Considerando o art. 59, da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências;

Considerando que a Responsabilidade Técnica é própria de profissional não podendo ser exercida por pessoa jurídica;

Considerando que, na forma do art. 2º da Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica define para todos os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelos empreendimentos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Considerando os termos dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, relativos ao tratamento diferenciado às pequenas empresas nacionais, sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, e ao tratamento jurídico diferenciado às empresas de pequeno porte, visando a incentivá-los pela simplificação de suas obrigações administrativas, dentre outras;

Considerando os termos da Resolução n.º 336, de 27 de outubro de 1989, do Confea, que delega competência aos Conselhos Regionais para fixar casos de dispensa de registro através de atos próprios;

Considerando a evolução do relacionamento capital e trabalho com o desenvolvimento industrial terceirizado, através da constituição de empresas de pequeno porte;



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, nº 77 - Fone: (0XX51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Norma de Fiscalização Conjunta Nº 01/2015
das Câmaras Especializadas de Agronomia e Engenharia Florestal do CREA/RS

Considerando que as atividades das empresas de pequeno porte podem envolver atividades de produção técnica especializada;

Considerando a necessidade de incrementar a qualidade das atividades técnicas na área de Engenharia Florestal e Agronomia das empresas acima referidas, quando assessoradas por profissionais ou empresas habilitadas pelo Crea;

Considerando a necessidade de garantir que os produtos e serviços cheguem à sociedade através e sob a responsabilidade de profissionais e empresas legalmente habilitados.

DECIDE:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As atividades relacionadas à produção de sementes e mudas florestais e ornamentais somente poderão ser realizadas mediante a responsabilidade técnica assumida por profissional habilitado, na forma da legislação vigente.

Art. 2º - As seguintes atividades são consideradas vinculadas à produção de sementes e mudas:

- I. coleta de sementes;
- II. armazenamento de sementes;
- III. beneficiamento de sementes ou mudas;
- IV. certificação de sementes ou mudas;
- V. análises de sementes e mudas;
- VI. produção de sementes e mudas;

Art. 3º - Para efeitos desta Norma, é considerado produtor de sementes e mudas florestais e ornamentais a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que desenvolva as atividades do artigo anterior, destinadas à comercialização e/ou distribuição.

Art. 4º Para fins de dispensa de registro neste Crea, a pessoa jurídica poderá ser enquadrada como Empresa Especial, desde que atenda aos requisitos e enquadramentos estabelecidos pelas Câmaras Especializadas de agronomia e de Engenharia Florestal na tabela constante no Anexo da presente Norma de Fiscalização, devendo efetuar o Cadastro específico (Cadastro de Viveiros) junto ao Crea-RS.

§ 1º- O enquadramento da pessoa jurídica como “Empresa Especial” será feito conforme análise do porte da empresa e enquadramento no anexo I da presente Norma.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, nº 77 - Fone: (0XX51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Norma de Fiscalização Conjunta Nº 01/2015 das Câmaras Especializadas de Agronomia e Engenharia Florestal do CREA/RS

§ 2º - Entende-se como **Cadastro de Viveiros**, o Cadastro destinado às empresas produtoras de sementes e mudas, no âmbito da Engenharia Florestal e Agronomia, que se enquadram no porte pequeno ou médio, ou seja, como “Empresas Especiais”. As empresas de pequeno porte que optarem pelo “Cadastro de Viveiros” **serão isentas** de anuidades junto ao Crea/RS, e deverão apresentar Responsável técnico, profissional Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, pela **Assistência Técnica** ao viveiro, a qual será comprovada através de **contrato de prestação de serviços de Assistência Técnica e ART Anual**. A periodicidade de atendimento técnico e os valores a serem efetuados, serão de livre acordo entre as partes conforme necessidade de cada caso.

§ 3º - Entende-se como Registro, o registro de empresas nos termos determinados no art. 59 da Lei Federal 5.194/66, com prova de vínculo entre a empresa e o Responsável técnico apresentado, respeitando-se a carga horária mínima e remuneração mínima nos termos da Lei Federal 4.950 – A/66. O vínculo se dá através de comprovante de carteira de trabalho ou comprovação de quadro societário e a empresa deverá efetuar pagamentos de anuidades junto ao Crea/RS.

§ 4º - Os viveiros enquadrados como “Empresas Especiais”, ou seja, de porte pequeno ou médio, poderão solicitar seu registro, caso seja de seu interesse, visto que o Cadastro não habilita para participação em licitação.

II – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 5º - Possuem atribuições para responder tecnicamente pelas atividades do art. 2º os profissionais de nível superior das áreas da engenharia florestal e agronomia, dentro das suas respectivas áreas de atuação, conforme estabelecido na Lei Nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, e no Decreto Nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas.

Art. 6º - A Responsabilidade Técnica para as empresas enquadradas como “**Empresas Especiais**” será firmada através de Contrato de Prestação de Serviços entre o profissional e a Pessoa Jurídica, acompanhado da respectiva ART de Assistência Técnica anual referente ao contrato de prestação de assistência técnica.

III – PESSOA JURÍDICA

Art. 7º - As pessoas jurídicas que desenvolverem atividades relacionadas à produção de mudas florestais e ornamentais **serão classificadas** em micro, médio e grande porte, de acordo com a produção anual, conforme as seguintes categorias:

Parágrafo único: Para o enquadramento quanto ao porte de viveiros que produzam mudas florestais exóticas e mudas florestais nativas, deverá ser considerado para avaliação o **maior porte enquadrado** para cada tipo de muda produzida.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, nº 77 - Fone: (0XX51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Norma de Fiscalização Conjunta N° 01/2015
das Câmaras Especializadas de Agronomia e Engenharia Florestal do CREA/RS

I – porte micro: produção anual até **cinquenta mil mudas de espécies florestais exóticas** ou até **dez mil mudas de espécies florestais nativas e/ou ornamentais**;

II - pequeno porte: produção anual até quinhentas mil mudas de espécies florestais exóticas ou até cinquenta mil mudas de espécies florestais nativas e/ou ornamentais;

III - médio porte: produção anual entre quinhentas mil e uma e dois milhões e quinhentas mil mudas de espécies florestais exóticas ou entre cinquenta mil e uma e cem mil mudas de espécies florestais nativas e/ou ornamentais;

IV – grande porte: produção anual maior do que dois milhões e quinhentas mil mudas de espécies florestais exóticas ou maior do que cem mil mudas de espécies florestais nativas e/ou ornamentais;

PORTE	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
Mudas de Espécies Florestais Exóticas	Até 50.000/ano	50.001 - 500.000/ano	500.001 – 2.500.000/ano	> 2.500.000/ano
Mudas de Espécies Florestais Nativas e/ou Ornamentais	Até 10.000/ano	10.001 - 50.000/ano	50.001 – 100.000/ano	> 100.000/ano

Art. 8º - A Pessoa Jurídica que se enquadre como porte **MICRO**, está isenta de **Cadastro** ou **Registro** junto ao CREA/RS.

Art. 9º - O enquadramento da pessoa jurídica como em algum porte definido no art. 6º desta Norma, **deverá ser efetuado após o competente Relatório de Fiscalização Florestal** e estará sujeito à prévia análise e aprovação da Câmara Especializada de Engenharia Florestal ou da Câmara Especializada de Agronomia.

IV – PESSOA FÍSICA

Art. 10 - A pessoa física que se enquadrar como produtor de sementes e/ou mudas florestais e ornamentais **deverá ter um profissional legalmente habilitado responsável técnico** pela atividade, o qual deverá recolher uma ART anual para a atividade de assistência técnica na produção de sementes e/ou mudas.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, nº 77 - Fone: (0XX51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Norma de Fiscalização Conjunta N° 01/2015
das Câmaras Especializadas de Agronomia e Engenharia Florestal do CREA/RS

Parágrafo único: A Pessoa Física com produção anual de até **cinquenta mil mudas de espécies florestais exóticas** e/ou até **dez mil mudas de espécies florestais nativas e/ou ornamentais** está isenta de apresentação de responsável técnico.

Art. 11 - É facultado às pessoas físicas do artigo anterior, optarem pelo sistema de registro coletivo de pessoas jurídicas de pequeno porte, através das associações e cooperativas.

V - FISCALIZAÇÃO

Art. 12 - Para fins de fiscalização do acompanhamento prestado pelo responsável técnico, fica instituído o Livro de Registro e Controle da Produção – LRCP, nos termos da Legislação Vigente e conforme anexo II.

Art. 13 - Será obrigatória a colocação de placa do profissional no local da produção de sementes e/ou mudas, para Pessoas Jurídicas que possuam **Registro** neste Crea/RS.

§ 1º - Deverão constar na placa os seguintes dados:

1. Denominação do estabelecimento (nome comercial);
2. Razão social e CNPJ da PJ ou nome da PF;
3. Nome e título do profissional responsável técnico ou assistente técnico;
4. Número de registro ou visto do profissional no Crea/RS;

§ 2º - Fica facultada a menção de patrocinador na placa do profissional.

Art. 14 - Os casos omissos a presente Norma serão analisados pelas Câmaras de Engenharia Florestal e Agronomia, mediante justificativa.

Art. 15 – Revoga-se a Norma Conjunta N° 01/2007 da CEAgro e CEEF.


Engenheiro Florestal Luiz Ernesto Grillo Elesbão
Coordenador da Câmara de Engenharia Florestal


Engenheiro Agrônomo Luiz Pedro Trevisan
Coordenador da Câmara de Agronomia

Aprovado na Reunião N° 331 de 22/05/2014 da CEEF



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, nº 77 - Fone: (0XX51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Norma de Fiscalização Conjunta Nº 01/2015
das Câmaras Especializadas de Agronomia e Engenharia Florestal do CREA/RS

Aprovado na Reunião Nº 1.127 de 29/07/2014 da CEAgro

ANEXO I

Classificação do Porte do Viveiro	Quantidade produzida por ano de mudas de espécies florestais exóticas	Quantidade produzida por ano de mudas de espécies florestais nativas e/ou ornamentais	Exigência junto ao Crea/RS
MICRO	Até 50.000	Até 10.000	Isenta de Cadastro ou Registro junto ao Conselho.
PEQUENO	De 50.001 - 500.000	De 10.001 - 50.000	Enquadra-se como “Empresa Especial”, dessa forma deverá requerer seu Cadastro de Viveiro, com assistência técnica de profissional Engenheiro Florestal ou Engenheiro Agrônomo, comprovada através de contrato de prestação de serviços de consultoria e ART anual. Não possui anuidade, apenas taxa de abertura de Cadastro.
MÉDIO	De 500.001 – 2.500.000	De 50.001 – 100.000	
GRANDE	> 2.500.000	> 100.000	Deverá efetuar seu registro junto ao Crea/RS, nos termos da Lei 5.194/66, com vínculo trabalhista com o profissional Responsável Técnico. Possui anuidade.

